

Colin acredita em outras vantagens na negociação

BRASÍLIA — A confirmação de que o Brasil não necessitará de novos empréstimos na próxima fase de negociação da dívida externa poderá proporcionar ao País vantagens em outros itens, como dilatação do prazo de pagamento e de carência, redução do spread (taxa de risco) e menores comissões, afirmou ontem o Presidente do Banco do Brasil, Oswaldo Colin.

— Com reservas de US\$ 6 bilhões, poderemos obter vantagens nas negociações que até agora não conseguimos e que já foram obtidas pelo México e pela Venezuela — afirmou Oswaldo Colin.

O fato de que o Brasil pode não tomar novos empréstimos na terceira fase de negociação da dívida externa não significa, segundo ele, que o País tenha de queimar as suas reservas cambiais. Obtendo maior prazo para pagamento das dívidas a vencer no ano que vem, haveria maior folga de caixa e, além disso, as exportações de 1985 também deverão apresentar comportamento positivo, possibilitando o aumento das reservas, justificou.

Na opinião do Presidente do Banco do Brasil, o País deve usar suas reservas cambiais para aumentar seu poder de barganha nas negociações, acrescentando, que, para os banqueiros, "pode ser mais viável dilatar os prazos de pagamentos do que conceder novos empréstimos ao Brasil", razão pela qual, em seu entender, as reservas cambiais constituem importante instrumento de negociação.

Oswaldo Colin afirmou que o momento é favorável à negociação da dívida externa brasileira. Como já foram concluídas as negociações das dívidas externas da Venezuela e do México, a conclusão da negociação da dívida brasileira "poderia conduzir a novos rumos as negociações da dívida da Argentina".

Para Oswaldo Colin, a terceira fase de negociação da dívida externa brasileira "deverá ser abrangente, plurianual", embora tenha ressaltado, que, em função das eleições presidenciais nos Estados Unidos e no Brasil, "pode ser que seja mais viável negociação envolvendo somente as dívidas que vencerão no ano que vem".